

Mulheres negras e aborto: diálogos sobre um processo de resistência.¹

Alice da Silva Vitória²

Ingra Daniela dos Santos Maciel³



Foto: Leo Motta /Arquivo Folha

RESUMO

O artigo buscou introduzir reflexões possíveis a relação entre as mulheres negras diaspóricas e a questão do aborto, traçando a história desse grupo, apresentando as condições onde estas estão e estiveram inseridas na diáspora. Nas reflexões expostas por mulheres negras, ativistas ou não, no cotidiano e observado em redes sociais e a fim de abrir (ainda mais) o debate e explorar críticas é que este trabalho foi capaz de ideias que ultrapassam os limites, por vezes invisíveis, da academia. Além disso, procurou-se expor conclusões gerais sobre o significado do aborto para essas mulheres negras que vivem a realidade diaspórica. A presente pesquisa é unicamente teórica, através da difícil seleção de trabalhos acadêmicos, relacionando ideias apresentadas por autores(as) de distintos campos de estudo e os dados estatísticos possíveis a fim de tecer pontos dos quais, ligados entre si, concluam o proposto. Delicado, complexo e muito mais que uma questão de gênero, o aborto é apresentado como um problema de um povo, o qual é vítima de um genocídio (processo também conhecido como maafa) e, apesar de tão discutido, ainda um debate raso, em que a mulher negra é reduzida à uma especificidade.

1 Apresentado na Jornada de Alunos do PPGA (Programa e Pós-graduação em Antropologia) – Diálogos Étnicos Raciais, no dia 27 de setembro de 2018 na Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Pós-graduanda em Ensino de História da África pelo Colégio Pedro II, endereço eletrônico: lili-asv@hotmail.com

3 Pós-graduanda em Ensino de História da África pelo Colégio Pedro II, endereço eletrônico: ingradaniela@gmail.com

Palavras-chave: aborto; diáspora; mulheres negras.

Apresentação

A colônia produziu muito mais que cativos
Fez heroínas que pra não gerar escravos, matavam os filhos (...)
O sistema pode até me transformar em empregada
mas não pode me fazer raciocinar como criada.
Yzalú

Tratar o debate sobre o aborto por uma ótica centrada na perspectiva de raça, demanda ir além do que vem sido posto, de maneira geral, por teorias embasadas na hegemonia ocidental. Isto é, requer um olhar mais amplo que as balizas dominantes. Se ainda é difícil avançar nas resoluções dos problemas que acompanham o tema do aborto dentro do debate de gênero, no que diz respeito à problemática de raça, vemo-nos ainda mais distante de uma discussão madura e conclusiva. Para entender essas questões, primeiramente, é preciso entender que a discussão sobre o aborto hoje e sua legalização, ou não, em diferentes países do mundo, iniciou-se na academia através das teorias feministas. Estas, vide o já sabido afastamento e ou silenciamento de pessoas negras da intelectualidade ocidental, são baseadas em experiências de mulheres brancas, as quais eram, e são, majoritariamente, letradas e de classes sociais favorecidas (DAVIS, 2013). É importante frisar que mulheres, negras e brancas, trilharam diferentes caminhos históricos, caminhos paralelos; ainda que algumas teóricas feministas invistam na intersecção desses assuntos. As histórias são diferentes e, portanto, as problemáticas se dão e se deram de distintas formas também.

No momento, a produção acadêmica sobre o aborto discute-o como um problema de saúde pública, um tabu social e como uma representação legal do machismo que afeta mulheres no sistema patriarcal vivido por nossa sociedade. De acordo com a antropóloga Débora Diniz e o sociólogo Marcelo Medeiros (2010), a cada dois dias no país uma mulher morre com complicações de saúde após um aborto.⁴ Todavia, cabe ressaltar que os impasses sociais e políticos que barram a legalização e descriminalização do aborto no Brasil podem ter gerado grandes alterações nos dados estatísticos a respeito do tema. Como o aborto é crime, previsto no código penal brasileiro nos artigos 124 e 128, as pesquisas sobre acabam sendo deficientes, sem os devidos registros e dados efetivos. Por se tratar de um assunto delicado e complexo, interseccionalizá-lo ao debate de raça, gênero e classe merece o devido cuidado e atenção, a começar por uma heterogeneização dos marcadores sociais de gênero nos estudos acadêmicos (OYEWUMI, 2004).

Mulheres brancas, historicamente a frente dessa discussão, tiveram por

4 Estima-se que cerca de 1 milhão de abortos aconteçam todo ano no país. Uma pesquisa mais detalhada, que pode dar características precisa da mulher que aborta, foi iniciada em 2010, pela antropóloga Débora Diniz, professora do Departamento de Serviço Social da UnB (Universidade de Brasília) e do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, e pelo sociólogo Marcelo Medeiros (UnB) e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

foco – não que devesse ser diferente – suas especificidades enquanto mulheres brancas, o que transformou o fator raça num debate recente e ainda pouco explorado, se comparado ao histórico número de mulheres negras que perdem suas vidas dessa forma. Para complementar, hoje sabemos que o percentual de mulheres negras que morrem após abortos é maior do que o de mulheres brancas⁵. São as negras também, que mais são encarceradas quando o assunto é aborto. Os estudos mais recentes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2018) apontam que 60 % das mulheres que são criminalizadas, e respondem judicialmente pelo ato de abortar, são: negras, entre 18 e 36 anos e, em sua maioria, com baixa instrução. Essas mesmas mulheres são também o grupo que tem sido mais afetado por violências relacionadas à saúde da mulher, como a violência obstétrica e a mortalidade materna, por exemplo. De acordo com próprio Ministério da Saúde, uma em cada quatro mulheres no Brasil já sofreram com a violência obstétrica, desse número, 62,9% são negras (DO PRINCÍPIO, 2012). Dos muitos problemas vividos pela população negra em diáspora, tentamos explorar melhor as problemáticas em torno do aborto e das mulheres negras a fim de introduzir reflexões teóricas sobre um longo debate que merece maior atenção e, por razões múltiplas, fica às margens tanto entre os teóricos das relações étnicas raciais quanto entre os teóricos do debate de gênero. Não cabe aqui julgar errado ou certo as pesquisas que vêm sendo realizadas, todas são importantes, a sua maneira. Entende-se, ainda, a necessidade de amadurecer outras questões para que as reflexões aqui expostas possam ser melhores trabalhadas.

Para introduzir esta reflexão é fundamental uma análise crítica da história das mulheres negras, após a forçada diáspora africana. A fim de pensar essa mulher negra, alguns pontos foram elencados para orientar a discussão. Objetiva-se, mais abaixo, responder e articular ideias sobre cada uma delas. Primeiro, questionamos o aborto na África pré colonial, se este existia, o que significava, os possíveis métodos (ervas ou rituais) utilizados para procedimentos abortivos e contraceptivos. A partir daí, há de se problematizar o valor de mulheres grávidas e crianças escravizadas para os senhores de engenho e traficantes. Nesse contexto, vale também frisar a fragmentação de famílias negras, que atingiram a paternidade e maternidade negras por um longo período. Outro assunto essencial para esta discussão são as condições materiais das quais eram (e não à toa até hoje estão, se analisarmos criticamente as estatísticas expostas acima) submetidas as mulheres negras desde que o Brasil é Brasil. O contexto otimizava abortos espontâneos⁶, já que para uma gestação saudável exige-se condições básicas de saúde. Essa questão dá, logo de início, outro teor a relação da mulher negra para com o aborto, traçando, de maneira separada, outro debate político. Isto

5 Ver <https://www.geledes.org.br/criminalizacao-do-aborto-mata-mais-mulheres-negras/>.

6 E talvez ainda favoreça. Essa questão precisaria de uma pesquisa mais específica.

nos leva a problematizar e analisar as condições sociais, como por exemplo a questão do banzo, o qual precedia suicídios e abortos, tentativas essas muitas vezes fracassadas (HAAG, 2010), a fim de evitar uma vida sofrida aos seus filhos (as), tal como o lucro do senhor de engenho ou a perda precoce de seus bebês para o tráfico ou a escravidão. Isto dá um caráter heroico ao aborto e poderia justificá-los no período escravocrata. Supõe-se, ainda, apesar do difícil acesso a fontes sobre o assunto, que tenha havido mudanças nas perspectivas acerca do aborto após a conversão em massa – forçada ou não – para o cristianismo, o qual sabidamente julga o ato como um pecado.

É preciso explicar, até onde for possível, qual o perfil das mulheres negras que abortam no Brasil de hoje e que noção estas têm da história dos abortos que carregam. Trata-se de abranger as percepções sobre o debate travado entre as mulheres negras acerca desses fatos: o que elas pensam e o que dizem, além de analisar o conflituoso posicionamento de mulheres negras que, inegavelmente, precisam se posicionar a favor do aborto, como questão de saúde pública que é, já que vivemos num país que deveria ser laico e visto ainda que são essas as mais afetadas por esse problema, em controversa com sua história com a maternidade, com o gestar e o parir e com o aborto. Considera-se importante também problematizar a influência do movimento feminista, principalmente no que diz respeito da aliança deste com o projeto de eugenia, como por exemplo o apoio a esterilização forçada como método genocida. Ressalta-se também acerca da esterilização em massa em mulheres brasileiras (BRASIL, 1993).

O objetivo deste texto, apesar de amplo, é fazer uma introdução desse debate. Apresentar pontos de vistas e questões históricas, explanando as diversas reflexões possíveis ao assunto. Esse texto é um convite para esta reflexão com os olhos de uma mulher negra, isto é, *herstory* (DOVE apud CARBY, 201_). Parte do sentimento mútuo entre as autoras de abordar esse assunto a partir da perspectiva de mulheres negras, afro-brasileiras e íntimas da realidade das classes menos favorecidas. Catalogamos aspectos para embasar futuramente aqueles que tenham interesse em se aprofundar no assunto. É com o intuito de não alongar demais a discussão que os pontos são costurados sem uma conclusão pois não temos condições, no momento, de fechar uma discussão de tão ampla magnitude e importância. Todavia, entendemos que este é o primeiro passo para sanar a angústia de um problema tão preocupante ser discutido de forma ainda tão rasa, como se fossemos, enquanto mulheres negras, apenas um recorte do todo. Buscamos fazer uma análise focada a diáspora brasileira, voltando-se, quando necessário, a exemplos brasileiros, mas sempre a partir do debate de raça, o qual acreditamos que melhor engloba e compreende o tema no seu todo. Entretanto, entende-se as semelhanças dessas histórias em África e na diáspora de um modo geral, ligações essas tidas como inevitáveis visto o teor universalista do projeto imperial.

Enegrecendo a questão

Para compreender a mulher afro-brasileira, uma africana em diáspora, e suas vivências acerca do processo de aborto que vem sendo discutido, quase que exclusivamente, como uma luta pelo direito ao corpo, leituras, como “Mulher, Raça e Classe” de Angela Davis (2013), foram fundamentais na contextualização dessa temática. Associada a diversos autores, serviu para embasar a compreensão das ideias aqui estabelecidas. Ademais, foi utilizado da metodologia de história dos conceitos que possibilita não só a compreensão do passado através de uma ótica histórica, mas também a realizar uma pesquisa sobre os conceitos. A metodologia aplicada por Turin (2013), fundamental na contextualização de uma temática como esta, pode ser definida da seguinte maneira:

A história dos conceitos investiga como os grupos sociais, em diferentes momentos, usaram os conceitos para dar inteligibilidade ao mundo em que viviam. Através do resgate dos diversos significados que foram atribuídos aos conceitos, ela visa mapear suas mudanças de significados, atendendo-as ao mesmo tempo como índice e fator das experiências históricas (TURIN, 2013, p.334).

Qual o conceito historicamente atrelado ao aborto para as mulheres negras afro diaspóricas ou afro-brasileiras? A partir disso, foram feitas inúmeras leituras de análises teóricas, principalmente com fontes que, ao longo da história, fizeram a sociedade refletir sobre os processos políticos que consomem parte do genocídio da população negra⁷. Ainda no que concerne a metodologia da pesquisa aqui empregada, não será e não se pretendeu esgotar a concepção de aborto usada atualmente, pelo contrário, houve uma necessidade de explorar um tema, que ainda muito precisa ser discutido, visando a contextualização de grupos não eurocêntricos. Trata-se de uma análise exploratória (GIL, 1993), uma vez que se utiliza de dados bibliográficos para chegar a construção do debate em voga. Por último, mas não menos importante, dados estatísticos que apontam taxas sobre as violências sofridas por essas mulheres, relacionadas aos processos de violências decorrentes de abortos, ao machismo em geral e ao racismo à brasileira dão consistência à discussão costurada nesses parágrafos.

Por reunir um tabu da sociedade e se tratar de uma questão pouco abordada na academia, o tema aqui proposto não possui muito material que trate diretamente da questão que procura explorar. Cabe a este texto apresentar as múltiplas visões possíveis sobre o assunto. Para tal, entende-se ser necessário trabalhar com a perspectiva elaborada por Hazel Carby (1982) de *herstory* (DOVE apud CARBY, 1998), isto é, a reconstrução da história através da centralidade na mulher negra africana. Calcula-se que esta

7 Aqui entendido não apenas como um fato sócio-histórico, mas um princípio para explicação de muitos dos problemas enfrentados pela população negra, entre eles o aborto.

abordagem seja essencial para reconstruir a epistemologia acerca do aborto questionada no parágrafo acima. A partir daí, podemos traçar uma articulação das ideias de autores que buscam descolonizar os pensamentos.

Como já foi dito, majoritariamente o que há em volta da discussão do aborto no campo acadêmico provém dos estudos feministas. Estes estudos universalizaram o conceito de gênero, o que, por se tratar de uma construção social, necessariamente, não pode ser generalizado para todas as sociedades (OYEWUMI, 2004). Oyewumi (2004) questiona quais mulheres têm suas situações teorizadas pelos estudos feministas e argumenta, ainda, que, devido ao embasamento do mesmo sobre as famílias nucleares ocidentais, estas não enxergam classe ou raça: “por que raça e classe não são normalmente variáveis na família, faz sentido que o feminismo branco, que está preso a família, não veja classe ou raça” (OYEWUMI, 2004, p.5). Dessa forma, a intersecção entre mulher negra e aborto sai prejudicada nas pesquisas acadêmicas, mesmo que seja por palavras de uma teórica feminista negra, tendo visto suas raízes epistemológicas.

Angela Davis (2013), ainda que reconhecida por sua militância feminista, nos enriquece com a exposição sobre o racismo na gênese dos movimentos sufragistas e pelo controle da natalidade (o qual defendia o planejamento familiar e direito ao aborto pautando-se por um viés eugenista), denunciando as estratégias genocidas e eugênicas da qual fizeram parte. O debate trabalhado por Davis (2013) em “Mulher, raça e classe” explana os diferentes objetivos e interesses na legalização do aborto para mulheres brancas e para mulheres negras. Para as negras, e isto vale para as demais mulheres não-brancas também, as condições sociais não eram propícias para cuidar de uma criança, tal como na época da escravidão: ter um filho seria equivalente a sujeitar uma criança as mesmas más condições em que viviam. Enquanto entre as brancas tratava-se de um direito de escolha. Mais tarde, esse direito, tornou-se, para as não-brancas, uma obrigação através das políticas de esterilização compulsória, defendida por muitas feministas brancas como um dever moral das mulheres negras e pobres (DAVIS, 2013). Essa ideia moral, permanece ainda hoje no senso comum, quando, por exemplo, escutamos pessoas dizerem que pessoas “pobre/ negras só sabem fazer filhos, mesmo não podendo criar”⁸. Por essas e outras, as mulheres negras (latinas e proletárias) não se identificavam com o movimento em prol do controle da natalidade no início do século passado, na gênese dos movimentos feministas contextualizado por Davis (2013). Essas mulheres não haviam de pretender, simplesmente, ter direito e acesso a um aborto seguro e legal, mas, provavelmente ter meios de cuidar de seus filhos, dando-lhes uma vida mais digna. Por algum motivo, essa perspectiva parece

8 Não é difícil ouvir argumentos desse tipo no dia a dia. Mas, a título de confirmações, inúmeras são as falas como estas postadas nas redes sociais por distintas mulheres, sejam elas conservadoras, sejam declaradamente feministas. Isso por si só contraria a liberdade feminina, o direito ao corpo entre outros conceitos liberais pautados pelo feminismo. É a antítese do legado “meu corpo, minhas regras”.

não ter sido sequer pensada pelas mulheres das elites, responsáveis pelos debates feministas. O objetivo genocida e o caráter eugênico do movimento acabam por ficarem estampados com a defesa do argumento sobre a questão do ‘suicídio da raça’ posta na época pelos homens brancos, preocupados com o, cada vez menor, número da população caucasiana. O movimento, até então somente de brancas, coloca que, se o planejamento familiar, demandado e elaborado entre elas, subtraiu os nascimentos entre os brancos, o mesmo poderia controlar a natalidade das populações não-brancas e ou mais pobres. De acordo com Davis (2013), essas mulheres, literalmente, defendiam “o controle da natalidade, bem como a esterilização compulsiva, como um meio de eliminar os setores ‘desajustados’ da população” (DAVIS, 2013, p.153). Não é preciso indicar quem seriam os desajustados da população. A autora trabalha também, na mesma obra, sobre a resistência contra o abuso das esterilizações, comentando, por exemplo, o caso das irmãs Relf, as quais com idade inferior a catorze anos foram esterilizadas, sem o consentimento de seus responsáveis, os quais foram enganados pelos profissionais da saúde.

No Brasil, o debate sobre a esterilização compulsória dos degenerados também causou acaloradas discussões entre os eugenistas, impedidos apenas pela Igreja Católica e, indiretamente, da consciência de racistas que temiam uma revolução, como a do Haiti, por aqui (SOUZA; WEGNER, 2012). Mais tarde, o período da ditadura militar, intimamente ligada aos Estados Unidos e aberto a certas intervenções neocoloniais, o Brasil recebe o “auxílio” de instituições autônomas e internacionais, muitas sem fins lucrativos, voltadas à prestação de assistência no planejamento familiar (BRASIL, 1993). Uma dessas instituições, a Federação Internacional de Planejamento Familiar IPPF tem como uma de suas fundadoras a famosa feminista estadunidense Margareth Sanger, que esterilizava mulheres, coercitiva e ou compulsoriamente, pelo Terceiro Mundo⁹, continuando seu trabalho ou militância iniciada nos Estados Unidos, sendo um dos exemplos citados por Davis (2013). Hoje, graças ao trabalho da atual deputada federal Benedita da Silva, temos acesso a um relatório de alguns desses crimes, aqueles que foram descobertos e ou reconhecidos durante meados do século passado.

Não podemos ignorar o processo de racialização que determinou a coisificação, animalização e conseqüente desumanização dos corpos negros (FANON, 2008). Esse foi o princípio que estigmatizou a mulher negra, antes, em África, por milênios de anos, associada a divindade, a fertilidade, ao poder e a gestão em sociedades materno centradas (DOVE, 2004), em corpos descartáveis (assim como os homens negros) ou amas de leite, tornando suas capacidades sagradas, enquanto mulheres, uma mercadoria. Mott (1989) aborda sobre o sentido dessa mãe preta no Brasil, permitindo-nos pensar a mulher negra na diáspora brasileira associada ao aborto e ao infanticídio.

9 Mulheres essas tidas como não-brancas. Considerando que aqui a perspectiva é a estadunidense, qualquer mulher brasileira, branca, negra, mestiça, indígena ou amarela é tida como latina e portanto, “desajustada”.

Segundo ela, não podemos reduzir a heroização do aborto apenas para livrar os filhos do cativo pois tratava-se de uma estratégia de resistência contra diversos outros fatores, a saber: não desejar ser ama de leite; evitar o aumento dos encargos postos para as escravizadas após a maternidade; não querer ter filhos mestiços (fruto de estupros) e não querer repor a mão de obra (dar, ainda mais, lucro ao senhor). Tendo isso em vista, não faltavam razões para que essas mulheres realizassem abortos e infanticídios e, pensando por uma perspectiva mais ampla, o teor heroico dessas motivações é dificilmente contestado.

O debate em torno do aborto enquanto resistência fica mais bem estruturado ou mais convincente se trabalharmos a ideia de soberania do filósofo camaronês Achille Mbembe (2016). O soberano, coloca Mbembe (2016), no contexto colonial, o que ainda vivemos, é aquele que tem capacidade de ação, isto é, poder para designar quem é ou não descartável, definir quem importa. A soberania, nas palavras de Mbembe, “demanda o risco de morte” (MBEMBE, 2016, p.127) e se dá baseado na ideia de que o sujeito é “o principal autor controlador do seu próprio significado” (Ibid., 2016, p.124) por um duplo processo de auto instituição e autolimitação. Ele entende a escravidão como uma das primeiras “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte”. (Ibid., 2016, p.146). Determinamos, portanto, possuímos soberania para regular o sentido de aborto nesse triste contexto vivido por nós e nossas ancestrais. Entendemos que as mulheres negras e ou africanas do passado agiram com soberania pois a decisão pelo aborto requer auto instituição e autolimitação. Isto é, esses abortos são por si só contraditórios, pois reivindicam, num contexto de privações, o processo duplo da soberania no sentido dado por Mbembe. Isto nos mostra também que, há séculos, os objetivos e interesses de mulheres negras sobre a regularização dos abortos são distintos das mulheres brancas. Trata-se de uma questão racial e não uma demanda de gênero. É Mbembe também que nos diz que “a política da raça, em última análise, está relacionada a política da morte” (Ibid., 2016, p.131). Ele elabora a ideia de necropolítica¹⁰ e traz ideias pertinentes para pensar as condições dos oprimidos no mundo moderno. Racializados pela política eugenista de extinção, o amor de mãe, nas palavras de Nah Dove (201_), enquanto resistência, desafia a construção da nossa desumanidade. Posto essa perspectiva, negra e possivelmente afro referenciada do tema e, partindo da noção do aborto de mulheres negras como uma complexa relação entre soberania, resistência e apoio a proposta genocida, é possível seguir com esta discussão.

10 A política de morte contra os corpos negros, a biopolítica do genocídio contra os povos negros ou “as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016, p.146.), iniciada na recente experiência ocidental de escravidão.

3. Olhares

O Brasil demonstra dados alarmantes quando o assunto é a saúde da mulher negra. Das gestantes, em média, 65,9% já sofreram algum tipo de violência obstétrica (DO PRINCÍPIO, 2012)¹¹. Aqui, a violência obstétrica é classificada em três aspectos que podem ser, antes, durante ou até mesmo após o parto. Essa violência pode ser também verbal, física, psicológica ou mesmo sexual. O que deve ser evidenciado é que enquanto essa taxa de violência cai entre as mulheres brancas e escolarizadas, esse número vem, crescendo, cada vez mais, entre as mulheres negras, constando 62,8% das mortes (Ibid., 2012). Estes casos devem ser tratados como um assunto relacionado a saúde pública e já foram alvo de discussão na Audiência Pública da Subcomissão Especial Avaliadora das Políticas de Assistência Social e Saúde das Populações Vulneráveis do País na Câmara dos Deputados.

Existem uma gama de marcadores sociais, identitários e históricos que acabam definindo, institucionalmente, que são as mulheres negras quem deve sofrer algum tipo de violência obstétrica e ou aderir a uma “cultura de esterilização”¹², provável herança dos processos de esterilização em massa. As negras acabam tendo seus corpos objetificados e até mesmo animalizados e são a ponta da lança dentro da sociedade e dos espaços de saúde. Outra relação é que o número de mulheres que são mães e negras também é altíssimo quando o assunto é encarceramento. De acordo com dados compilados pela professora e pesquisadora Luciana Boiteux (2016), essas mulheres passam a ficar ainda mais vulneráveis quando estão gestantes dentro dos espaços de privação de liberdade:

Dados de grávidas e mães encarceradas no Rio de Janeiro, apontam para um perfil ainda mais dramático: 78% são jovens entre 18 e 22 anos, de cor negra (77%), com baixa escolaridade (75,6% não possuem o ensino fundamental completo), sendo que 9,8% declararam não saber ler nem escrever. Metade delas mantinha empregos precarizados (85% sem carteira assinada), a maioria era responsável pelo sustento do lar, além de ré primária (70%). E grande parte delas é de presas provisórias. (BOITEUX, 2016, p.5).

Nota-se, desta maneira, que as inúmeras violações que mulheres negras sofrem atualmente estão intrinsecamente relacionadas ao histórico de coisificação da população afro-brasileira, o que também faz parte da necropolítica (MBEMBE, 2016) destinada à esta população. É o que Davis

11 Dados apontados na pesquisa de opinião pública elaborada pelo instituto Perseu Abramo.

12 Assunto para um outro texto, onde caberia classificar e melhor abranger a esterilização no Brasil. Consta aqui o entendimento da esterilização como sinônimo de planejamento familiar (BRASIL, 1993), o que além de reducionista, tende a culpabilizar famílias pobres, majoritariamente negras, por terem muitos filhos, quando não, por ser um obstáculo ao desenvolvimento do país, sendo a esterilização de jovens ou mesmo a esterilização compulsória, aparentemente, socialmente aceitável.

(2013) aponta como os mecanismos da nova escravidão. Isso nos obriga a trazer à tona a discussão sobre a tentativa de extermínio dessa população (NASCIMENTO, 2016). A começar pelo parto, quando essas mulheres não podem gozar do direito de terem seus filhos de forma segura, digna e humana, seja para elas, seja para os recém-nascidos. Vê-se que essa norma de extermínio se perdura durante a gestação, no parto e no pós-parto. Não tão diferentes das condições postas nos últimos 400 anos, o sentimento (tido por violência psíquica) gerado por estas circunstâncias (violência obstétrica, violência policial, instabilidade financeira, desumanização dos corpos e etc) dão aos abortos induzidos por estas mulheres no Brasil certa consistência.

Por outro lado, temos um mito de passividade entre as mulheres em situação de escravidão. Até que ponto foram passivas as escravizadas, como muitos ainda tentam afirmar, silenciando as resistências contra a colonização, se levamos em conta questões históricas como o fato de que os senhores de engenho buscavam meios de evitar suicídios (HAAG, 2010)? Está bem estabelecido pelos argumentos e autores até aqui citados que os abortos se tratavam - e pode-se refletir que ainda se tratam, sobretudo pelos riscos das punições atualizadas¹³ - de um ato de resistência. Sabe-se também que os abortos não eram apenas induzidos, mas também espontâneos (MOTT, 1989), pela falta dos fatores determinantes e condicionantes de saúde¹⁴ sobre o qual sofrem, ainda hoje, parte da população negra seja em África ou em diáspora. Mas o que se passava e se passa no tocante a subjetividade dessas mulheres acerca desse assunto? Para responder essas questões, na medida do possível, ou ao menos provocar reflexões, traçamos uma divisão cronológica do caminho seguido por mulheres negras desde os primeiros sequestros e saques à África.

Primeiramente, pensemos nessa mulher negra em uma África pré-colonial. É importante ressaltar que é validada aqui a ideia de unidade cultural africana¹⁵, trabalhada Diop (2014). Por essa perspectiva, Diop (2014) nos

13 O encarceramento. Afinal, quem é preso por aborto no Brasil?

14 Ver <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/determinantes-sociais-saude>

15 Trata-se da ideia de que existe uma mesma base para todas as culturas africanas. Essas semelhanças são nítidas ao estudar diferentes culturas, com uma raiz em comum. Existe um debate sobre os resultados acerca desta perspectiva. Outrora, a generalização das culturas africanas fora interessante para os europeus a medida que justificavam a suposta inferioridade das sociedades africanas por eles colonizadas. "(...) Hoje é oportuno negar a afirmação anterior de unidade cultural, por que esse conceito (...)", explica Nah Dove (2004), "(...) assumiu outro sentido. Ele representa uma ameaça para a doutrina fundamental da supremacia branca dentro da torre de marfim (...).

A pesquisa monumental da Chancellor Williams (1987) acrescenta credibilidade a este conceito. Ele descobriu que em toda a África um único sistema constitucional existia como se os povos Africanos, independentemente dos diferentes padrões sociais, vivessem sob um governo. Seu estudo de grandes sistemas sociais e econômicos continentais ao longo da história revelou 'os mesmos padrões gerais de unidade e igualdade de todas as instituições fundamentais' (p. 21). O estudo cultural comparativo anterior, de Herskovits (1958/1990),

mostra o papel e o valor da mulher africana em sociedades majoritariamente matriarcais¹⁶. Os valores permanecem, mas ser mulher (e ser mãe e ainda escravizada) para o ocidente possui outro sentido, deixa de ser divino e torna-se sinônimo de (mais uma) violência no contexto diaspórico. Esse significado talvez explique a perspectiva de mulheres brancas sobre o aborto em contraponto as ânimas de mulheres negras e latinas nos Estados Unidos do início do século passado, apontados por Davis (2013). Portanto, não é mais possível o estilo de vida materno centrado (DOVE, 201_), cada vez mais distante no contexto de famílias negras patriarcalizadas e ocidentalizadas. Na diáspora, foram realizadas diversas estratégias de manutenção do útero africano a fim de controlar o caos resultante da depreciação da mãe (Ibid., 201_).

A cultura africana é pela vida, tem por princípio a nutrição e manutenção da vida, mas, ainda assim, entende a morte como uma nuance. Morte e vida são vistas como processos integrados e em continuidade. Isso fica bem definido ao se estudar as filosofias dos terreiros no Brasil. Pelos princípios de uma maioria dos povos das mulheres trazidos para o Brasil, o infanticídio não tem o mesmo teor do luto ou do fim da vida, como entende o ocidente. Isso não significa que não seja ruim o contexto de se ver obrigada a abortar seus filhos. Mas que o ato pode ter sido encarado por uma outra perspectiva por algumas mulheres. Hoje, o candomblé, fruto de sigmas estabelecidas pelo sincretismo africano de acordo com o contexto vivido em solo brasileiro, nos diz:

“Sucessivos abortos numa mesma mulher, partos seguidos da morte da criança recém nascida, morte de crianças ou jovens, repentinas e associadas a estágios significativos de vida, tais como mudanças nas fases de crescimento, aniversários, casamento ou nascimento do primeiro filho, são identificados como acontecimentos ligados aos *Àbikú*.” (MANUELA, 2008).

Àbikú significa, literalmente, nascidos para morrer. É socialmente aceito que existe um grupo de crianças no *orun* (“céu”) que vão ou retornam cedo. A julgar o fundamental e inquestionável papel das africanas na constituição do candomblé, pode-se pensar que através da fé, os abortos e infanticídios estavam associadas ao *Àbikú* e tratava-se de um estágio. A nigeriana Obianuju Ekeocha (2016) complementa essa discussão em sua fala na ONU em 17 de

realizado em 1958, embora metodologicamente incluso de valores eurocêntricos, fornece evidências conclusivas de africanismos entre diferentes nações da África, bem como entre as pessoas Africanas que vivem nas Américas. (...) Unidade cultural como um conceito permite que se compreenda como os europeus colaboraram, apesar das diferenças étnicas ou nacionais, para impor sua supremacia sobre o mundo. Ao mesmo tempo, pode-se entender como as pessoas Africanas foram capazes de sobreviver a essa imposição e agir continuamente para libertar-se dela.” (DOVE, 2004, p.7).

Ainda podemos entender por unidade cultural da africana negra de Diop (2014) a África descoberta pelos africanos no Brasil (SLENES, 1992).

16 Ifi Amediune complementa esse debate em “A teoria dos valores Matriarcais de Cheikh Anta Diop como base para a Unidade Cultural Africana”.

março de 2016 ao afirmar e explicar que o aborto nunca poderia ser traduzido na sua língua de origem, do povo igbo, acusando a suposição do direito ao aborto como salvação de uma estratégia neocolonial. Ela coloca também que na África de hoje, o ato – o que dá a entender que até o momento dos sequestros e invasões de alguns dos territórios e das culturas africanas era algo desconhecido – é abominado pela maioria das culturas, que mantêm o princípio de nutrição e manutenção da vida (DOVE, 201_). Isto não faz daquelas que abortam imorais ou erradas. Numa simples análise dos fatos e condições é possível entender as várias facetas que envolvem o assunto: o distinto lido com a morte, o tempo histórico e o debate sobre neocolonialismo, as condições sociais, econômicas e históricas, o banzo, a solidão com a fragmentação das famílias e as diferentes experiências de colonização, por exemplo – todas encontram no racismo um elo comum. Também não podemos presumir falta de indignação ou de percepção sobre o grande propulsor dessas situações – o colono. A fé e a cosmogonia africana podiam fortalecer algumas dessas mulheres, mas jamais reduziam-na a consolação.

Do período escravocrata, podemos pensar muitas perspectivas da mulher negra-mãe: a que vivia livre, mesmo que não necessariamente alforriada, mas muitas de contextos urbanos ou fugidas, como no caso da crônica do Machado de Assis onde a escravizada foge para poder ter seu filho¹⁷, mães em quilombos, as ganhadeiras que eram mães, as mães que adotavam crianças que não vieram de seus ventres e a negra-mãe escravizada que tentava, tanto pelo suicídio como pelo aborto resistir a vida na diáspora, adequando-se a experiência ocidental através de práticas contraceptivas próprias (MOTT, 1989). De certo, supõe-se (colocamos em reflexão) ainda que as noções sobre o aborto e o luto se modificaram, conforme a conversão ao catolicismo, o que não era bem uma opção. A concepção católica resume esse debate ao pecado, integrando um sentimento de culpa e, nos dias de hoje, fundamentando indiretamente a Constituição Federal Brasileira que criminaliza o aborto e utiliza disso para encarcerar mulheres negras e dar continuidade ao processo de genocídio do negro no Brasil (NASCIMENTO, 2016). Qualquer semelhança com a ideia de redenção de Cam, não é mera coincidência.

No início do século XX, podemos pensar nas mães solteiras, na fragmentação de famílias negras (ALBUQUERQUE, 2006) e nas mulheres negras, num geral, vítimas de uma má qualidade de vida (o que se vê até hoje). É nesse contexto que se dá as campanhas pelo controle da natalidade, culminando em esterilizações compulsórias (BRASIL, 1993; DAVIS, 2013). Após a abolição, a fertilidade da mulher negra, que já não era mais tão lucrativa (MOTT, 1989), torna-se ainda menos interessante. As mulheres negras de hoje têm por referências maternas bisas e avós vítimas desses tempos. As consequências do passado, as diferenças de classes, visto a ascensão social de algumas, não podem apagar ou apaziguar este fato. O problema da

17 Ver Pai contra mãe, Machado de Assis.

clandestinidade, o debate sobre esterilização (será que acabou?). Como essas mulheres se relacionam com a maternidade e com o aborto hoje? De maneira geral, justamente por ser antes um problema de raça que um problema de gênero, que o debate do aborto é secundário, pois não resolve nossos problemas, é um galho deles, e não a raiz. Portanto, o que fora um argumento desonesto e utilizado de má-fé por feministas no passado (DAVIS, 2013) pode ser posto como uma cruel realidade: a baixa participação de mulheres negras nesse debate se dá ao fato de que estas estão sobrecarregadas pelo racismo. Trata-se de entender que o peso do racismo se sobrepõe as mazelas sexistas, inclusas no combo do racismo.

Entende-se que políticas públicas, vide os dados e processo corrente de necropolítica (MBEMBE, 2016), não garantem a sobrevivência de pessoas negras. No Brasil, o plano genocida pelo planejamento familiar argumentado pelas feministas do início do século passado, não daria certo. No documentário “Fim do silêncio sobre o aborto”, os relatos deixam evidente que um dos grandes problemas enfrentados são a falta de informação, o que dificulta ações contraceptivas e deixa mulheres negras e pobres distantes de políticas públicas nesse sentido. É sabido que políticas dão certo em nosso país, basta aprofundar-se nos debates e fatos históricos sobre embranquecimento e genocídio de não-brancos (o mesmo acontece aos indígenas). Deixar estas mulheres fadadas a sorte, ou encarcerá-las, têm sido o meio encontrado pelo Estado brasileiro, que vem fomentando o debate de forma não democrática entre os políticos da bancada religiosa.¹⁸

Considerações finais

Mulheres negras foram historicamente afastadas do direito de exercer sua maternidade – tal como do direito de sobreviver – e estão sujeitas ao genocídio de seu povo, o qual agradece a cada aborto, induzido ou espontâneo, todos favorecidos pelas condições atreladas a maafa¹⁹. Até que ponto realmente há preocupação com mulheres negras no que tange a discussão sobre a legalização do aborto? Será que tem ocorrido uma espécie de sentimento de vingar todos esses abortos, outorgados no passado, e lutar pelo direito de ver crianças negras crescerem? Oportunidade essa negada as antepassadas não só no período de escravidão, mas até as atuais gerações.²⁰ Será potente essa reflexão e o decorrente orgulho dessas ancestrais? Infelizmente, ao analisar o senso comum, ainda que de forma não científica, a

18 Ver https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/08/quando-o-fundamentalismo-da-bancada-religiosa-domina-o-debate-sobre-aborto-no-congresso_a_23452639/

19 Termo academicamente cunhado pela antropóloga Marimba Ani (1994) que designa o grande desastre sofrido pelos povos africanos através do último movimento diaspórico forçado. De grosso modo, os múltiplos mecanismos do “holocausto” negro dos últimos 600 anos.

20 Como o caso da morte do adolescente Marcos Vinicius de 14 anos na favela da Maré. Ver mais em: [/anistia.org.br/noticias/operacoes-policiais-rio-de-janeiro-helicopteros-disparando-alto-e-inadmissivel-afirma-anistia-internacional/](http://anistia.org.br/noticias/operacoes-policiais-rio-de-janeiro-helicopteros-disparando-alto-e-inadmissivel-afirma-anistia-internacional/).

hipótese é negativa. Essa questão, sobretudo frente ao discurso feminista, cada vez mais popular, soa como uma imposição a dita maternidade compulsória ou como uma exclusão àquelas mulheres que não desejam ter filhos.²¹ Todavia, uma coisa não necessariamente significa a outra, é apenas mais um ponto necessário para entender, mesmo que incomode, a posição de mulheres negras nesse debate cada dia mais pautado “na boca do povo”. Acreditamos que estas questões analisadas no contexto social brasileiro precisam ser consideradas nos estudos sobre aborto, afinal, esta é a função das ciências sociais e humanas.

Este artigo não teve a intenção de chegar a uma conclusão e sim apenas apontar perguntas, reflexões e apontar propostas. O texto é intencionalmente inconclusivo pois trata de problemáticas vigentes na sociedade, longe de serem resolvidas. Houve todo um esforço para torná-lo mais empírico, todavia tal demanda talvez não esteja condizente com um simples artigo. Vale destacar também o mulherismo africana como a melhor perspectiva conhecida para trabalhar esta questão, visto que é o que o ele se propõe a estudar: o gestar e o projeto de povo construído pelas matriarcas pretas no decorrer da maafa em suas diversas batalhas e formas de resistências, conscientes ou inconscientes, pela nossa libertação. O mulherismo serve aos propósitos considerados a única forma de estudar o tema de maneira integral porque, diferente do feminismo, a teoria se dispõe a estudar algo concreto, um projeto em curso da constante luta por sobrevivência, e não a projetar tentativas prováveis de emancipação. Entendendo que já possuímos inúmeros exemplos emancipatórios, este parece ser a melhor forma de elaborar uma conclusão para o tema aqui proposto.

Cabe-nos, no momento, ações como focar no processo de atenção básica de saúde, priorizar a formação e o trabalho de profissionais negros da saúde, compreender o passado para pensar o futuro. Frente a isso, é fundamentalmente contraditório, tal como a relação de mulheres negras com o aborto, pensar o aborto e mulher negra hoje. Na medida em que são as que mais sofrem com a criminalização e desregulamentação do mesmo, de que são vítimas de condições sociais e financeiras desfavoráveis ao gestar e ao educar uma criança e por terem seus direitos confundidos com privilégios (ou deveres) ao longo da história (DAVIS, 2013), são também aquelas que mais necessitam da legalização e da regulamentação do aborto no Sistema Único de Saúde (no caso do Brasil). Entretanto, numa reflexão mais profunda, há se de problematizar a relação disto com o projeto genocida e eugenista, ainda em jogo, com a privação e ou obstáculos para a formação de famílias negras ao longo dos últimos séculos. A quem serve e a quem se faz possível a discussão sobre planejamento familiar? Não seria preciso, no caso de se pensar famílias negras, uma reelaboração desse plano familiar? Um planejamento que leve em

21 Questões essas que já vem sendo discutido no feminismo, de qualquer vertente. Inclusive há a problematização da exclusão de mães feministas no movimento.

conta os últimos 600 anos! Depois de sucessivos abortos, outorgados ou espontâneos, ambos causados pelas limitações da vida em diáspora, ligados ao assustador dado de 23 jovens negros sendo assassinados por dia nesse país²², o que significa, para uma mulher negra consciente racialmente²³, criar um filho ou filha, possivelmente negra? Essa questão, logicamente, cabe aquelas mulheres negras que, independentemente de orientação sexual, desejam passar pela experiência da maternidade, seja essa biológica ou não.

A verdade é que heroísmo e genocídio se entrelaçam de forma complexa desde sempre, sendo presentes em concomitância em todas as épocas citadas. A perspectiva heroica torna-se um meio de extermínio e de suplício por uma sobrevivência digna, fazendo da resistência uma contribuição ao projeto eugenista – não exclusivo ao passado se observarmos a similaridade dos dados aqui apresentados aos expostos por Abdias do Nascimento em “O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado”, original de 1978. Concomitantemente, para complexificar ainda mais esta contradição, ainda assim é uma necessidade, e, portanto, a legalização e regulamentação do aborto se fazem necessárias para o desenvolvimento da população negra, apesar de não solucionar nossos problemas. As discussões, embasadas no viés dos debates ocidentais de gênero, são rasas, despreocupadas com nossas demandas e unicamente reformistas. Sabe-se que isso não implica, na gênese de toda essa estrutura, pois mesmo com a descriminalização, permaneceria os encarceramentos, as esterilizações em massa, visto que este é o objetivo. Tudo isso parte de algo maior pelo que lutamos contra. Sabemos que, de alguma forma, permaneceria o projeto de genocídio da população negra por outras vias.

Para finalizar, é difícil deduzir, até mesmo pelas particularidades, o que pensam as mulheres negras sobre os distintos vieses aqui apresentados. Tudo depende muito ainda da relação dessas com o debate sobre as questões raciais. De forma geral, as reflexões aqui expostas advêm de vivências, diálogos e experiências de mulheres negras para com mulheres negras. Esse empirismo, que ultrapassa as teorias e limitações acadêmicas, possibilitou esse trabalho. De tudo, Mbembe (2016) coloca que existem duas formas de soberania: aquela cujo projeto central é a luta por autonomia e aquela que busca ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações’ (MBEMBE, 2016, p.125). Podemos, portanto, concluir que a luta das mulheres negras está alicerçada sobre a primeira forma de soberania e que esta luta se dá contra a segunda. Há um mito fundador no Brasil que diz que negros são mais fortes para suportar todas as violências (SANTOS apud ADORNO, 2004), isto é propositalmente confundido, no caso das mulheres, com a potência de gestão trazida de África a fim de nos alienar de nossas qualidades. É enquanto

22 Ver BBC News Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295> .

23 Que tornou-se negra, no sentido político (SOUZA, 1990).

gestoras, que mulheres negras mantêm vivo o povo negro até os dias de hoje, por todos os meios necessários²⁴. É nesse empirismo também que se vê mulheres negras agindo como leas para com seus filhos, sejam estes biológicos ou não. Vale ressaltar que, apesar de todas as dificuldades aqui expostas e as demais já conhecidas, a proteção de seus filhos(as) sempre foi uma prioridade, cumprida com sucesso, mesmo que a opção de cuidado tenha sido o aborto. Estas estratégias de sobrevivência realizadas pelas mães negras, fruto de todas as demais mães negras da história dialogadas acima, pautam os estudos do mulherismo africano, que visam estudar justamente às práticas gestoras e mantedoras da mulher africana em diáspora. Esta é a perspectiva necessária para dar continuidade as questões aqui expostas, as quais demandam e incitam inúmeras pesquisas, cada vez mais urgentes.

No mais, frisamos que as teorias feministas, tal como o debate de gênero na academia, não dão conta do assunto quando a pauta são as mulheres negras. O universalismo ou mesmo essencialismo do conceito de gênero, isto é, a homogenização da ideia de mulher, pautada pelo princípio exclusivo da família ocidental, como coloca Oyewumi (2004) e desconsiderando o fato do genocídio em jogo, tal como os séculos de escravidão que modificaram o sigma sobre a maternidade da mulher africana no contexto da diáspora, não permitem que esses trabalhos contemplem o tema. Já o debate acadêmico sobre raça parece ser capaz, mas não tem dado a devida atenção, talvez por se tratar de um galho dos problemas e não a raiz ou o problema maior. É nesse contexto que entra o movimento do mulherismo africano.

Para melhor estender e compreender as questões dessa problemática que toca diversos pontos da sociedade, como o Estado, a população em geral, as futuras gerações, a saúde, a medicina etc. é preciso, entre outras ações, abrir espaço para realização de pesquisas nessa perspectiva. Ecoam-se questões relacionadas a saúde reprodutiva da mulher negra, tais como: por que fomos esterilizadas em massa; até quando o aborto será desculpa para encarcerar (o que gera lucro e fortalece o processo de genocídio) mulheres negras; por quanto tempo mais nossos direitos, o que inclui os reprodutivos e ou sexuais, serão deturpados descaradamente e quando essas mulheres serão escutadas. Todas essas interrogações acabam encontrando-se no debate acerca do genocídio da população negra.

Espera-se ter conseguido concluir o imenso desafio de amarrar todas essas tão complexas questões que envolvem delicadas emoções, história, apagamento, críticas emergentes ao que está em voga, tabus, maternidade, liberdade, soberania, entre outros pontos associados a esta imensa força daquela detentora do útero que constitui a humanidade, a qual a língua portuguesa é incapaz de definir.

24 Referência a Malcolm X, fala célebre de diversos discursos do ativista).

Agradecimentos

Imensa gratidão àquelas as quais esse texto se inspira e se dedica: todas aquelas portadoras da matripotência, que nos trouxeram até aqui sobreviventes, apesar de tudo! Às grandes matriarcais que mantêm esse país e a população negra de pé. Agradecemos a toda nossa linhagem materna que nos direcionou para onde estamos. Suas inimagináveis lutas por sobrevivência não somente permitiram e inspiraram este artigo, como faz de nós sobreviventes desta maafa. Independentemente de laços sanguíneos, essa força, possibilitada pelo amor, nos ergueu e educou da melhor maneira e com o melhor exemplo possível. Somos fruto disso tudo e muitíssimo gratas. Agradecemos também à todas as mães pretas que construíram esse país: escravizadas, refugiadas (“fugitivas”), as novas refugiadas desses últimos tempos, africanas migrantes de todos os períodos, quilombolas, quitandeiras, as pindorâmicas, as migrantes nordestinas (das quais somos herdeiras), aquelas que adotam várias crianças para si, aquelas que são mães solteiras, aquelas como Luiza Mahin e Carolina Maria de Jesus e tantas outras. Agradecemos a cada dia de trabalho puxado, em condições degradantes e perigosas, cada dia em que tiveram a coragem de levantar e fazer de todos nós sobreviventes, cada enfrentamento e cada ousadia na contra mão da hegemonia, cada afago e cada sermão, cada aborto e cada remédio manipulado (de tantas formas possíveis) contra nossas doenças. Enfim, por todo cuidado, encorajamento e por todas as perspectivas que nos deram sobre o que é maternidade negra em diáspora todo o nosso reconhecimento!

REFERÊNCIAS

AMADIUME, Ifi. A teoria dos valores Matriarcais de Cheikh Anta Diop como base para a Unidade Cultural Africana. In.: DIOP, Cheik Anta. **A unidade cultural da África Negra. Esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Karnark House, 1989.

ASSIS, J. Machado. **Pai contra mãe**. Antologia do negro brasileiro. Edison Carneiro. Editor Tecnoprint, Brasileira de Ouro. p.151-157, [200-]

BOITEUX, Luciana. Encarceramento Feminino e Seletividade Penal. **Rede Justiça Criminal**. Disponível em: https://www.academia.edu/29701164/Encarceramento_Feminino_e_Seletividade_Penal. Acessado 1º de setembro de 2018.

Brasil, Brasil Congresso Nacional Comissão Parlamentar de Inquérito destinado a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no. **Relatório n. 2, 1993 - CN: relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinado a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil**.1993, Disponível

em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução livre Plataforma Gueto, 2013.

Determinantes sociais da saúde. Plataforma Renast On line. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/determinantes-sociais-saude>.

DE ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro; FRAGA FILHO, Walter .et al. Uma história do negro no Brasil. **Centro de Estudos Afro-Orientais**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Cap.IV.p. 91-114.

DINIZ, D.; Madeiro, A.; Medeiros, M. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2017. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660

DIOP, Cheik Anta. **A Unidade Cultural da África Negra**. Esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Presence Africaine, 2º edição, 1982. Capítulos 1 e 2. Luanda, outubro / 2014.

DO PRINCÍPIO, Parto. **Violência Obstétrica - Parirás com Dor**. Parto do Princípio-Mulheres. **Rede pela Maternidade Ativa**, v. 188, 2012.

DOVE, Nah. **Definindo uma Matriz Materno-Centrada para analisar a condição das mulheres**. Introdução à Mulherisma Africana. Org.Instituto Hoju. Vol.1, p. 51 - 77, 201_.

_____. **Mulherisma Africana**. Uma teoria afrocêntrica. **Jornal de estudos negros**, Tradução Wellington Agudá. Sage Publications, Inc. Vol. 28, No 5, Maio de 1998.

ESCÓSSIA, Fernanda. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Marcella. Quando o fundamentalismo da bancada religiosa domina o debate sobre aborto no Congresso. **Huffpost**, 8 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/08/quando-o-fundamentalismo-da-bancada-religiosa-domina-o-debate-sobre-aborto-no-congresso-a-23452639/>.

FOLEGO, Thais. Criminalização do aborto mata mais mulheres negras. **Portal Géledes**. Disponível em; <https://www.geledes.org.br/criminalizacao-do-aborto-mata-mais-mulheres-negras>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Fim do silêncio sobre o aborto**. Direção de Thereza Jessouron. Produção de Thereza Jessouron. Coordenação de Dinah Frotté. Roteiro: Thereza Jessouron. Rio de Janeiro: Claudia Schuch, 2008. (52 min.), color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_FJ8FHjUDqI>. Acesso em: 02 set. 2018.

HAAG, Carlos. A saudade que mata. **Revista Pesquisa FAPESP**, n.172, p. 87-89, jun/2010

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 2 Ago. 2018.).

Malcolm X: por qualquer meio necessário. Blog Consciência Revolucionária. Disponível em: <http://conscienciarevolucionaria-kassan.blogspot.com/2010/02/macolm-x-por-qualquer-meio-necessario.html>

MANUELA, Maria. Candomblé O Mundo dos Orixás: **ÀBÍKÚ**. 2008. Disponível em: <<https://ocandomble.com/2008/05/17/abiku/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Arte e ensaios. Temáticas. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. N.32. p.123 - 151. Dezembro/2016.

Mortalidade Materna entre Negras aumentou no Brasil. Brasília, 09 jun. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/489786-MORTALIDADE-MATERNA-ENTRE-NEGRAS-AUMENTOU-NO-BRASIL.html>>. Acesso em: 02 set. 2018.

MEIRELLES, Alexa. Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo. Super **Interessante**. Disponível em <https://super.abril.com.br/sociedade/entenda-como-o-aborto-e-tratado-ao-redor-do-mundo>.

MOTT, Maria Lucie de Barros. **Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio.** São Paulo, R. História, 120, p.85 - 96, jan/jun/1989.

MULHERES NEGRAS. Vagalume. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/yzalu/mulheres-negras.htm>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro.** Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2016 [1978].

"O aborto nunca poderia ser traduzido em nossa língua", diz militante pró-vida nigeriana. Guia me. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/videos/o-aborto-nunca-poderia-ser-traduzido-em-nossa-lingua-diz-militante-pro-vida-ningeriana.html>.

Operações policiais no Rio de Janeiro: helicópteros disparando de alto é inadmissível". Anistia Internacional, anistia.org.br/noticias/operacoes-policiais-rio-de-janeiro-helicopteros-disparando-alto-e-inadmissivel-afirma-anistia-internacional/. Acesso em 15 de setembro de 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

Rio de Janeiro (Estado). Defensoria Pública Geral. **Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro /** Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Defesa de Mulher dos Direitos Humanos, CEJUR. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2018. – 224 p. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/c70b9c7926f145c1ab4cfa7807d4f52b.pdf>>

SANTOS, Gislaine Aparecida dos. **Mulher negra, homem branco**. Um breve estudo sobre o feminino negro. Pallas Editora. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro**. Ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Edição Graal, 2ª edição, v.4. Rio de Janeiro, 1990.

Slenes, R. (1992). "Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, (12), 48-67. WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.263-288. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/2013nahead/ahop0113.pdf>

TURIN, Rodrigo. História dos Conceitos. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel et al. **Metodologia da Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013. p. 310 – 342.